



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Gestão de Equipamentos Médico-hospitalares e Odontológicos

TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme Art. 6º com os elementos previstos no inciso XXIII e Art. 40 § 1º, da Lei Lei 14.133/2021

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para prestação de serviços de seguro automotivo, na modalidade seguro total (compreensivo), destinado à cobertura de 07 (sete) ambulâncias **TIPO B – Suporte Básico de Vida**, marca/modelo **Renault Master Flash AM5**, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia e utilizadas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, pelo período de 12 (doze) meses, por meio da modalidade Dispensa Eletrônica de Licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.2. A contratação será realizada em lote único, contemplando as seguintes ambulâncias:

Nº	Classificação	Marca/Modelo	Chassi	Ano Fab./Modelo	Cor	Valor Unitário
1	Tipo B – Suporte Básico de Vida	Renault Master Flash AM5	93YF62S05VJ539314	2026/2027	Branca	R\$ 292.600,00
2	Tipo B – Suporte Básico de Vida	Renault Master Flash AM5	93YF62S00VJ546512	2026/2027	Branca	R\$ 292.600,00
3	Tipo B – Suporte Básico de Vida	Renault Master Flash AM5	93YF62S02VJ546513	2026/2027	Branca	R\$ 292.600,00
4	Tipo B – Suporte Básico de Vida	Renault Master Flash AM5	93YF62S00VJ546414	2026/2027	Branca	R\$ 292.600,00
5	Tipo B – Suporte Básico de Vida	Renault Master Flash AM5	93YF62S09VJ575359	2026/2027	Branca	R\$ 292.600,00
6	Tipo B – Suporte Básico de	Renault Master Flash AM5	93YF62S08VJ546998	2026/2027	Branca	R\$ 292.600,00

	Vida					
7	Tipo B – Suporte Básico de Vida	Renault Master Flash AM5	93YF62S03VJ546889	2026/2027	Branca	R\$ 292.600,00

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir cobertura securitária integral às ambulâncias pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, destinadas à prestação dos serviços do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192. A contratação visa assegurar a proteção do patrimônio público contra danos decorrentes de colisão, abaloamento, capotagem, incêndio, roubo, furto, fenômenos da natureza e demais sinistros cobertos pela apólice, bem como garantir cobertura de responsabilidade civil por danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, contribuindo para a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais de saúde e para a mitigação dos riscos financeiros suportados pela Administração Pública.

1.2.1. A contratação do seguro é imprescindível para preservar os bens públicos, reduzir os impactos financeiros decorrentes de eventuais sinistros, assegurar a disponibilidade operacional da frota de ambulâncias e garantir maior segurança jurídica à Administração, aos servidores e aos terceiros envolvidos em ocorrências durante a utilização dos veículos oficiais.

1.2.2. Maior detalhamento acerca da solução adotada, dos quantitativos e da opção pela contratação em lote único encontra-se no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

1.3. Durante toda a vigência da apólice, a seguradora contratada deverá disponibilizar canais de comunicação para abertura de avisos de sinistros, solicitações de assistência, acompanhamento de ocorrências e demais serviços previstos na apólice, assegurando suporte técnico durante o horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

1.4. A formalização da contratação observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, podendo ser formalizada mediante instrumento contratual ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da referida Lei, conforme a natureza da contratação e o entendimento da Administração.

1.5. As propostas deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, contendo valores unitários e total com, no máximo, duas casas decimais, bem como todas as informações necessárias à perfeita identificação dos serviços ofertados, de forma a possibilitar a análise de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

1.6. O Gestor e Fiscal do Processo serão designados por ato pelo o ordenador das despesas mediante Portaria em resposta a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD Lei 13.709/2018).

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, a demonstração da necessidade da Administração, a descrição da solução escolhida, os quantitativos, os requisitos da contratação e a estimativa do valor encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente Termo de Referência para todos os fins.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução escolhida consiste na contratação de empresa seguradora especializada, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para prestação de serviços de seguro automotivo, na modalidade compreensiva, destinado às ambulâncias pertencentes à Secretaria Municipal de

Saúde de Goiânia, contemplando cobertura patrimonial e de responsabilidade civil, de forma a garantir a proteção dos veículos, a continuidade da prestação dos serviços do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 e a mitigação dos riscos financeiros decorrentes de sinistros.

3.2. A descrição da solução como um todo, a análise das alternativas avaliadas, a justificativa da solução adotada, a especificação das coberturas securitárias e a demonstração de sua adequação às necessidades da Administração encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente Termo de Referência.

3.3. A contratação do seguro compreensivo foi considerada a solução mais vantajosa para a Administração por assegurar proteção integral ao patrimônio público, cobertura de responsabilidade civil perante terceiros, assistência aos veículos em caso de sinistro e redução dos riscos financeiros decorrentes de acidentes, furtos, roubos e demais eventos cobertos pela apólice, proporcionando maior segurança à operação da frota utilizada pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais

4.1.1. A empresa contratada deverá ser sociedade seguradora devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no ramo de seguro de automóveis, devendo manter essa condição durante toda a vigência da contratação.

4.1.2. A cobertura securitária deverá ser prestada mediante emissão de apólice em favor da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, contemplando os veículos descritos neste Termo de Referência.

4.1.3. O contrato de seguro terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, admitida a possibilidade de renovação por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, mediante manifestação de interesse da Administração e observância da legislação aplicável.

4.1.4. A cobertura securitária deverá compreender, no mínimo, os seguintes riscos e serviços, sem prejuízo de outras coberturas previstas nas condições gerais da apólice e na regulamentação da SUSEP:

I – colisão, abalroamento, capotagem e demais danos materiais decorrentes de sinistros envolvendo os veículos segurados;

II – roubo ou furto, com cobertura integral do veículo conforme valor de referência estabelecido;

III – incêndio;

IV – danos causados por fenômenos da natureza, incluindo raios, vendavais, granizo, enchentes e eventos similares;

V – Responsabilidade Civil Facultativa – RCF, contemplando:

- danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- danos corporais/pessoais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- danos morais: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VI – Acidentes Pessoais por Passageiro – APP, contemplando:

- morte: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro;
- invalidez permanente: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro;

VII – assistência técnica básica, contemplando serviço de reboque de até 100 km, guincho e transporte do veículo sinistrado;

VIII – cobertura correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE para avaliação dos

veículos;

X – cobertura em todo o território nacional;

XI – demais coberturas obrigatórias previstas pela SUSEP para seguros automotivos na modalidade abrangente.

4.1.5. A indenização integral dos veículos segurados deverá corresponder a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor constante da Tabela FIPE ou de tabela oficialmente reconhecida pela SUSEP para veículos não constantes da FIPE.

4.1.6. As franquias deverão ser expressamente informadas na proposta comercial, observando-se franquia reduzida para todas as coberturas passíveis de sua incidência, não sendo admitida franquia diferenciada que comprometa a vantajosidade da contratação.

4.2. Da Apólice

4.2.1. A seguradora deverá emitir a(s) respectiva(s) apólice(s) contendo todas as coberturas contratadas, importâncias seguradas, franquias, vigência, condições gerais e particulares.

4.2.2. Qualquer alteração cadastral dos veículos deverá ser processada mediante endosso da apólice, observadas as condições contratuais.

4.2.3. A emissão da apólice deverá ocorrer em prazo não superior a 10 corridos após a assinatura do instrumento contratual ou emissão da nota de empenho.

4.3. Atendimento aos Sinistros

4.3.1. A Contratada deverá disponibilizar atendimento para comunicação de sinistros e solicitação de assistência durante o horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

4.3.2. Os serviços de assistência técnica básica deverão contemplar, no mínimo:

- serviço de reboque, limitado a até **100 km**;
- guincho e transporte do veículo sinistrado;
- demais serviços de assistência previstos na apólice, desde que compatíveis com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3.3. O atendimento deverá ocorrer em todo o território nacional.

4.4. Subcontratação

4.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, por se tratar de atividade privativa de sociedade seguradora autorizada pela SUSEP.

4.4.2. É admitida a utilização de empresas credenciadas ou conveniadas para execução dos serviços acessórios de assistência técnica básica, compreendendo **serviço de reboque de até 100 km, guincho e transporte do veículo sinistrado, durante o horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h**, permanecendo a seguradora integralmente responsável pela execução contratual.

4.5. Garantia da Contratação

4.5.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco de inadimplemento contratual, o reduzido vulto da contratação e a

inexistência de complexidade que justifique sua exigência.

4.6. Habilitação Técnica

4.6.1. A empresa a ser contratada deverá comprovar autorização de funcionamento expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no ramo objeto da contratação.

4.6.2. Poderá ser exigida comprovação de aptidão mediante apresentação de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que demonstre a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto.

4.7 Da Franquia

4.7.1. A proposta comercial deverá informar, de forma clara e individualizada, os valores das franquias aplicáveis às coberturas contratadas.

4.7.2. A proponente deverá apresentar proposta contemplando franquia reduzida, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta.

4.7.3. O valor da franquia não integrará o critério de julgamento, sendo considerado, para fins de seleção da proposta, o valor do prêmio do seguro, observado o critério de menor preço global estabelecido para a contratação.

4.7.4. Em caso de sinistro com perda parcial, a franquia somente poderá ser exigida nas hipóteses previstas nas Condições Gerais da Apólice e na regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

4.7.5. Não serão admitidas franquias diferenciadas ou excessivas que comprometam a economicidade da contratação ou inviabilizem a utilização da cobertura securitária.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da execução dos serviços

5.1.1. A execução do objeto ocorrerá mediante a emissão da(s) apólice(s) de seguro em favor da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, contemplando as coberturas previstas neste Termo de Referência para as 07 (sete) ambulâncias relacionadas no item 1.2.

5.1.2. A(s) apólice(s) deverá(ão) ser emitida(s) e disponibilizada(s) à Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou assinatura do instrumento contratual.

5.1.3. A cobertura securitária deverá iniciar na data estabelecida na apólice, não podendo haver solução de continuidade durante toda a vigência contratual.

5.1.4. A apólice deverá conter, no mínimo:

- identificação completa da seguradora;
- identificação da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia como segurada;
- identificação individual de cada veículo;
- vigência da cobertura;
- coberturas contratadas;
- limites máximos de indenização;
- franquias;
- demais condições previstas neste Termo de Referência

5.2. Dos sinistros

5.2.1. A Contratada deverá disponibilizar atendimento para abertura de avisos de sinistros e acionamento dos serviços de assistência durante o horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

5.2.2. Os serviços de assistência deverão ser prestados em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas na apólice.

5.2.3. Em caso de sinistro, a seguradora deverá adotar todas as providências necessárias para a regulação do evento, vistoria, autorização de reparos e pagamento das indenizações, observando os prazos estabelecidos pela SUSEP.

5.2.4 A seguradora deverá disponibilizar rede credenciada de oficinas para execução dos reparos decorrentes dos sinistros cobertos pela apólice. Na inexistência de oficina credenciada no município da ocorrência ou quando a rede credenciada não atender às necessidades da Administração, deverá autorizar a realização dos reparos em oficina indicada pela Contratante, desde que observados os critérios técnicos e as condições estabelecidas na apólice, visando evitar a indisponibilidade prolongada das ambulâncias e assegurar a continuidade da prestação dos serviços do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192.

5.2.5. Em caso de perda total ou de furto/roubo sem recuperação do veículo, a seguradora deverá promover a regulação do sinistro e efetuar a indenização conforme os critérios estabelecidos na apólice, observadas as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, as condições da proposta vencedora e a legislação aplicável.

5.3 Da comunicação de ocorrências

5.3.1. A Contratada deverá disponibilizar canais de atendimento telefônico e eletrônico para comunicação de sinistros, solicitação de assistência e acompanhamento dos processos de indenização durante toda a vigência da contratação.

5.4. Dos documentos da contratação

5.4.1. A Contratada deverá encaminhar à Contratante a(s) apólice(s), endossos, certificados de seguro e demais documentos pertinentes em meio eletrônico, sem prejuízo do fornecimento em meio físico, caso solicitado pela Administração.

5.5. Da impossibilidade de cumprimento dos prazos

5.5.1. Caso, excepcionalmente, não seja possível cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência, a Contratada deverá comunicar formalmente à Contratante, apresentando justificativa fundamentada antes do vencimento do prazo, para análise da Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

6.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por meio de Portaria, com a nomeação de servidores da Superintendência/Diretoria/Gerência, responsáveis pelo pedido, para atuar como fiscais do contrato, e de servidores da Superintendência/Diretoria/Gerência para exercer a função de gestor(a) do contrato.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 963, de 2022, art. 15);

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 963, de 2022, art. 14, § 1º);

6.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 15, do Decreto nº 963, de 2022).

6.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 15, do Decreto nº 963, de 2022).

6.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato.

6.14. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O gestor e fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 963, de 2022).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 963, de 2022).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 963, de 2022).

6.19. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Art.13, X do Decreto nº 963 de 2022).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Art. 13, XIV do Decreto 963 de 2022).

6.21. A contratada assume responsabilidade pela manutenção do sigilo de todas as informações e dados obtidos no âmbito deste contrato, bem como a ciência e o cumprimento das normas de segurança estabelecidas pela contratante.

6.22. O descumprimento das obrigações de confidencialidade previstas nesta cláusula ou no Termo de Compromisso, por parte da contratada ou de seus funcionários e colaboradores, implicará na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na legislação vigente.

6.23. As obrigações de sigilo e confidencialidade permanecerão vigentes mesmo após o término ou rescisão deste contrato

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO e REAJUSTE

7.1. Do recebimento

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato mediante a conferência da(s) apólice(s) de seguro emitida(s), da Nota Fiscal/Fatura e dos demais documentos pertinentes, para verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.2. Caso seja constatada qualquer divergência entre as coberturas contratadas, os dados dos veículos ou demais condições constantes da apólice em relação às especificações deste Termo de Referência e da proposta da Contratada, a Administração notificará a seguradora para promover as correções necessárias, sem ônus para a Contratante.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade da apólice, das coberturas contratadas e da documentação apresentada, mediante atesto do gestor ou fiscal do contrato.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) vigência da apólice;
- b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4. Forma de Pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sendo o este, responsável pelas taxas bancárias referentes a transação na situação em que for indicado banco distinto das contas da Contratante.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.6. No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo previsto para pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) de correção Monetária.

7.4.6.1. Não constitui atraso, a interrupção justificada do pagamento, ou seja, quando decorrer de irregularidades causadas pela contratada.

7.4.7. Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4.8. Os preços decorrentes desta contratação poderão ser reajustados após o período mínimo de 12 (doze) meses, com data base vinculada à data do orçamento estimado.

7.4.8.1. Após 12 (doze) meses, o Valor contratado poderá ser reajustado utilizando-se do Índice de Preços Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do período.

7.4.9. Caso o índice pactuado deixe de ser divulgado, ou seja, extinto, as partes poderão, de comum acordo, definir um novo índice que reflita adequadamente as variações econômicas, desde que ele tenha ampla divulgação e seja de uso comum no mercado.

7.4.10. As regras para o reajuste de preços serão as preconizadas pelo Decreto Municipal nº 5.201, de 22 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **Dispensa Eletrônica**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, desde que atendidas todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.1.1 A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global justifica-se pela necessidade de contratação de uma única seguradora para emissão da apólice de seguro da frota objeto desta contratação, garantindo uniformidade das coberturas, padronização da gestão contratual, simplificação da fiscalização e maior eficiência administrativa, conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1. Habilitação Jurídica:

8.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro de Empresas Mercantis, a cargo da junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.5. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.1. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.3.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] E [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1.6.1. Prova de regularidade com a Fazenda do município de Goiânia (**em conformidade ao Art. 108 do Código Tributário Municipal Municipal-CTM**);

8.3.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.1.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.2. Qualificação Econômico-financeira

8.3.2.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.3.3. Qualificação Técnica

8.3.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação satisfatória de serviços de seguro automotivo.

8.3.3.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.3.3. A comprovação poderá ser realizada mediante apresentação da Portaria de autorização expedida pela SUSEP, certidão, declaração ou documento equivalente disponível em seus meios oficiais.

8.3.3.4. Será admitida a apresentação de documentos emitidos eletronicamente, desde que passíveis de verificação de autenticidade.

8.3.3.5. A seguradora deverá manter, durante toda a execução contratual, autorização válida junto à SUSEP, responsabilizando-se pela manutenção das condições que ensejaram sua habilitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)** para o período de 12 (doze) meses, correspondente ao valor estimado de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por veículo/ano**, considerando as 07 (sete) ambulâncias objeto da contratação.

9.2. A estimativa foi estabelecida com fundamento no levantamento de mercado e nas contratações similares analisadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente Termo de Referência.

9.3. A contratação será processada mediante **Dispensa Eletrônica**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o critério de **menor preço global**, desde que atendidas integralmente as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

11.1. Tendo em conta as informações contidas neste Termo de Referência, atesta-se que o mesmo foi elaborado **em conformidade com o Art. 6º, inciso XXIII e Art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**. Isso significa que o documento contém os elementos essenciais para a contratação, conforme estabelecido na legislação, incluindo a especificação do objeto, requisitos de qualidade, locais de entrega e condições de garantia, quando aplicável.

Aprovo o Termo de Referência, e encaminho para o setor competente para as devidas providências no termo da Lei.

De acordo do ordenador de despesas:

Secretário Municipal de Saúde

Goiânia, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Pereira Tavares, Gerente de Gestão de Equipamentos Médico-hospitalares e Odontológicos**, em 21/09/2026, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Arivan Alves Ferreira, Diretor Administrativo**, em 21/09/2026, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer, Secretário Municipal de Saúde**, em 21/09/2026, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **11554853** e o código CRC **BD316C05**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 26.29.000026486-5

SEI Nº 11554853v1